



Análise de barreiras para o desenvolvimento local de um município de pequeno porte

Elenara da Luz Dubal¹
Deoclécio Junior Cardoso da Silva²
Estefana da Silva Stertz³
Roger da Silva Wegner⁴
Beatriz Leite Gustmann de Castro⁵
Nuvea Kuhn⁶

Recebido em: 09/01/2023

Aceito em: 27/04/2023

Resumo

O objetivo da pesquisa é evidenciar e priorizar as barreiras existentes para o desenvolvimento local de um município localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul. Utilizando uma revisão de literatura elencou-se barreiras que impedem o desenvolvimento local. Com isso, oito especialistas que atuam na gestão do município em estudo, analisaram a influência que estas possuem em seu desenvolvimento local. A análise de dados foi realizada utilizando método de *Analytic Hierarchy Process* (AHP), apresentando um ranking de prioridade entre as barreiras. Os resultados demonstraram que as barreiras mais priorizadas foram “Falta de atividades de formação voltada ao empreendedorismo”; a “Ausência da atividade industrial”; e a “Falta de recursos”. Desse modo, concluiu-se que com os resultados obtidos, os gestores podem elaborar diretrizes estratégicas com o intuito de mitigar essas barreiras, contribuindo para melhor gestão e desenvolvimento a nível local.

Palavras-chave: Barreiras; Desenvolvimento Local; Empreendedorismo; Gestão Pública; Políticas Públicas.

Analysis of barriers for the local development of a small municipality

Abstract

The objective of the research is to highlight and prioritize the existing barriers for the local development of a municipality located in the Central Region of the state of Rio Grande do Sul. Using a literature review, barriers that impede local development were identified. With this, eight specialists who work in the management of the municipality under study analyzed the influence they have on its local development. Data analysis was performed using the Analytic Hierarchy Process (AHP) method, presenting a priority ranking among barriers. The results showed that the most prioritized barriers were “Lack of training activities focused on entrepreneurship”; the “Absence of industrial activity”; and “Lack of resources”. Thus, it was concluded that with the results obtained, managers can develop strategic guidelines in order to mitigate these barriers, contributing to better management and development at the local level.

Keywords: Barriers; Local Development; Entrepreneurship; Public Management; Public policy.

¹ Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal Farroupilha –Campus São Vicente do Sul.

E-mail: elenaradubal@gmail.com

² Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0002-2395-2878> E-mail: deoclecionior2009@hotmail.com

³ Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: estefaness@hotmail.com

⁴ Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0002-2034-8034> E-mail: rswegnerr@gmail.com

⁵ Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0001-8205-2979> E-mail: beatriz_gustmann@hotmail.com

⁶ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0002-7018-6088> E-mail: nuveak@gmail.com

1 Introdução

O desenvolvimento de uma localidade ou de uma região, têm sido um importante ponto de reflexão em diferentes estudos, trazendo ponderações como a do bem-estar humano (FUDGE; OGIER; ALEXANDER, 2021), o planejamento de políticas de aglomeração urbana (LI *et al.*, 2022), bem como a questão da segurança e sustentabilidade como impulsionadores do desenvolvimento (CHEHABEDDINE; TVARONAVIČIENĖ, 2020).

O desenvolvimento local é visto como algo complexo e que necessita de constante planejamento e execução de estratégias (FYTOPOULOU *et al.*, 2021). Entretanto, autores como Hermelin e Trygg (2021) denotam estratégias que podem auxiliar para essa difícil, porém necessária tarefa. Em sua pesquisa os autores emergem com a ideia da descentralização da política de desenvolvimento. Nesse contexto, entende-se que a participação de diferentes atores no planejamento vem ser benéfica para o desenvolvimento eficaz e eficiente, trazendo maior participação da comunidade local, que é importante parte interessada para o aprimoramento local (HRIVNÁK *et al.*, 2021).

Percebendo a importância do desenvolvimento local, é considerável que haja um bom andamento, ainda mais quando se fala de pequenos municípios, que muitas vezes estão longe das grandes metrópoles e contam com recursos e políticas desenvolvimentistas escassas, contando cada vez mais com barreiras que dificultam o desenvolvimento local (GRILLITSCH; SOTARUTA, 2020). O estudo desenvolvido por Wahid *et al.* (2017) os autores estabelecem uma reflexão acerca do desenvolvimento a partir da participação da comunidade, demonstrando barreiras voltadas a interferência política e o controle da elite como as principais para o desenvolvimento a partir dessa perspectiva, que segundo os autores é de relevância para que haja o alcance dos objetivos locais.

No que tange ao Brasil, um país considerado emergente, existem certas disparidades quando o assunto é o desenvolvimento dos municípios, onde regiões como o sul e sudeste possuem os maiores números de municípios entre os 500 mais desenvolvidos, já as regiões Norte e Nordeste as menores colocações (FIRJAN, 2018). Observa-se que não há uma homogeneidade entre as regiões no que tange ao desenvolvimento, sendo relevante verificar o que tem se tornado impeditivo para que os municípios alcancem o desenvolvimento local. Nesse sentido, se formulou a seguinte questão problema de pesquisa: Quais são as principais barreiras para o desenvolvimento local de um município de pequeno porte da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul? Para alcançar os resultados pretendidos o objetivo desta pesquisa é evidenciar e

priorizar as barreiras existentes para o desenvolvimento local de um município localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul.

A presente pesquisa justifica-se para o ambiente de uma cidade de pequeno porte, uma vez que irá buscar de maneira sistemática conhecer as fragilidades que o município tende a ter e que influencia diretamente em seu desenvolvimento econômico e social, trazendo informações que possam subsidiar a formulação de políticas públicas para um efetivo desenvolvimento pautada na realidade que a cidade se encontra. No que se refere a contribuição acadêmica, entende-se que a presente pesquisa, trará informações relevantes que auxiliam no desenvolvimento das temáticas que versam a respeito do desenvolvimento regional, bem como dados que poderão ser utilizados para outros estudos voltados ao município alvo. Quanto à contribuição prática entende-se que a presente pesquisa traga informações úteis para apoiar o desenvolvimento regional de São Vicente do Sul/RS, dando subsídios teóricos e práticos para que a gestão pública do município, consiga encontrar iniciativas para, cada vez mais, trabalhar por uma cidade melhor.

2. Referencial teórico

2.1 Desenvolvimento local

A perspectiva de desenvolvimento permeia diferentes vertentes teóricas. Uma destas compreende a ação de agentes na atuação e transformação do território sob um viés social e econômico, já outras destacam o enfoque sustentável por meio destas ações (NEVES, 2011). Sob este viés Martins, Vaz e Caldas (2010) já haviam salientado sobre o antagonismo entre a lógica capitalista (tradicional), o viés solidário.

Numa tentativa de conceituar o desenvolvimento, De Paula (2016) descreveu que desde a década de 50, este passou a ser entendido por meio de diferentes abordagens e que permeavam o crescimento sob um intuito econômico. No entanto apenas este viés não era capaz de cumprir com as especificidades territoriais, diante disso, no contexto contemporâneo, o desenvolvimento preza também pela sustentabilidade das práticas e pela ótica social.

No que tange especificamente ao desenvolvimento local, para Milani (2004, p.96), este “pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais - vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar - que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que incide na participação

de atores sociais na transformação do território local. Neste ensejo, Silveira (2010) destacou que o desenvolvimento local deve compreender também o desenvolvimento social.

As discussões sobre desenvolvimento local ganharam maior impulso no Brasil a partir da década de 90 (SILVEIRA, 2010). Para que haja o fomento a este aspecto, faz-se importante que indicadores voltados à saúde, educação, e geração de emprego e renda sejam objetos constantes de atenção por parte da esfera municipal (SÖTHE; KEGEL; VISENTINI, 2018). Além dos elementos supracitados destaca-se a necessidade de incentivar os arranjos produtivos locais (SARACENI; ANDRADE Jr., 2013), o empreendedorismo e os microempreendedores individuais (MEI's) visto que influenciam na geração de renda e em uma maior empregabilidade a nível municipal (SOUZA *et al.*, 2016). E, ainda, em políticas públicas voltadas ao turismo como um fator capaz de fomentar o viés econômico e social tanto em nível local quanto regional (SANTOS; PEREIRA, 2020).

Ainda cabe ressaltar as políticas públicas, principalmente a partir dos anos 2000, e que amparam desde essa época, em importantes subsídios para o desenvolvimento do país. Neste ensejo o desenvolvimento local é destacado enquanto endógeno, em que o ponto de partida a ser pensado é a partir da realidade e especificidade não mais de fora para dentro, mas a partir da ótica do município ou região em questão (BARBOSA, 2018). Assim, para Barbosa (2018), o fomento ao desenvolvimento local incide em vários desafios sob o cunho institucional, e que abrangem desde o pacto federativo aos problemas de implementação e de marcos legais. No tópico a seguir destaca-se algumas das principais barreiras enfrentadas a nível municipal.

2.2 Principais barreiras para o desenvolvimento de municípios

O desenvolvimento de municípios é um daqueles conceitos de fácil compreensão, mas de complexa definição. Sendo objeto de inúmeras teorizações ao longo do tempo sem ter obtido uma construção analítica, consistente e sólida (SANTOS, 2003, p. 111), suas diferentes epistemologias sempre foram invariavelmente concentradas sob um viés economicista que dominou a literatura (FRANKLIN, 1973, p. 207) e, portanto, precisaria produzir resultados sociológicos alocados em um determinado espaço.

Sendo assim, sinais e reflexos do desenvolvimento, especificamente, o econômico são visíveis em localidades, cidades e metrópoles brasileiras em várias regiões. No entanto, os desafios não são poucos, haja vista que não se trata apenas de expandir a infraestrutura das cidades para absorver um crescimento futuro. Isto não é suficiente porque as bases política, financeira e de gestão são constituintes do processo de urbanização que consolidou um modelo

marcado por discrepâncias socioespaciais, ineficiência, desqualificação da administração pública, bem como a exacerbada degradação ambiental (KRUGMAN, 1996; ROLNIK, KLINK; 2011).

Para Fernandes e Araújo (2015) um dos empecilhos no desenvolvimento dos municípios, está atrelada a autonomia municipal devido à baixa capacidade fiscal, financeira e institucional dos governos locais para absorver e dar conta de todas as suas funções constitucionais até mesmo a política urbana. Essa asserção foi objeto de análise na literatura sobre federalismo no Brasil por vários autores, entre eles Abrucio (2005), Almeida (2005), Arretche (2000) e Souza (1996).

O declínio da capacidade financeira dos municípios brasileiros decorre mesmo com a partilha de impostos estaduais e federais, estabelecida pela Constituição para além das transferências de recursos vinculadas a políticas sociais, principalmente nas áreas de educação e saúde. Quanto à municipalização das políticas sociais, é consenso que se institui a coordenação e colaboração entre as esferas de governo, em que ainda não ocorre como deveria no caso da descentralização brasileira. A descentralização das políticas sociais permanece como processo ainda inconcluso entre os entes governamentais (ALMEIDA, 2005; FERNANDES, ARAÚJO, 2015).

Em diferentes contextos territoriais (municípios, estados ou regiões) a exiguidade da atividade industrial pode representar uma barreira ao desenvolvimento. Desse modo, aponta-se a relevância das políticas públicas no estímulo à descentralização dos investimentos públicos e privados. As referidas políticas foram consubstanciadas no papel ativo do Estado brasileiro na integração do território nacional (DOMINGUES, RUIZ, 2006).

Desde 2014, com a crise macroeconômica do país, as receitas municipais alternam entre queda real e estagnação. Desvinculadas da receita, as despesas obrigatórias seguiram crescendo no mesmo período (ORAIR *et al.* 2016). Esse contexto foi agravado, pois a maior parte da arrecadação municipal amparada em impostos, que estão relacionadas às áreas de saúde e educação, sobre pouco espaço para investir em outras áreas, singularmente nos períodos em que a receita cai ou cresce pouco. Assim sendo, os municípios detêm pouca disponibilidade e/ou autorização para operações de crédito e investimentos de longo prazo em áreas como habitação, saneamento, na elaboração de políticas públicas, em aspectos sociais, na implantação de inovação e tecnologia e em melhorias na infraestrutura do município (PERES, 2020).

3 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento estratégico das regiões do estado do Rio Grande do Sul (RS), os municípios contam com a participação e atuação de diferentes Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE). Para a região central ressalta-se a existência do Plano Estratégico Vale do Jaguari (2015-2030), pensado para atingir os diferentes municípios que compõem a região (SPGG, 2015).

Com base em tais informações, esta pesquisa tem como objetivo evidenciar e priorizar as barreiras existentes para o desenvolvimento local de um município localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul. O município em questão possui uma população aproximada de 9 mil habitantes e faz parte do COREDE Vale do Jaguari (SPGG, 2015). /

Buscando evidenciar barreiras que impedem o desenvolvimento local de municípios realizou-se uma revisão de literatura em bases de dados como Scopus, Web Of Science e Google acadêmico, bem como utilizou-se dados de oriundos de plataformas do governo como o IBGE e ainda entrevistas com 8 representantes da administração pública do município em estudo para o levantamento de algumas barreiras não encontradas na literatura e que fossem relevantes compor a pesquisa, ressaltando-se que a busca em todas as bases foram no período de janeiro a março de 2020.

Com o levantamento das barreiras, foram realizadas oito entrevistas com atores sociais locais e que possuem alguma relação com o desenvolvimento do município objeto de estudo conforme pode ser visto na tabela 1, onde por meio de um questionário contendo as barreiras levantadas, bem como uma escala baseada na tabela 2, pode-se estipular os pesos de influência.

Tabela 1 – Cargo e gênero dos especialistas entrevistados

Especialistas	Cargo	Gênero
Especialista 1	Administração geral do município	Masculino
Especialista 2	Administração de Finanças	Feminino
Especialista 3	Administração de Turismo	Feminino
Especialista 4	Vereadora	Feminino
Especialista 5	Administração da Agricultura	Masculino
Especialista 6	Administração de Desenvolvimento Social	Feminino
Especialista 7	Administração	Masculino
Especialista 8	Administração do Sindicato Rural	Masculino

Fonte: Dados da pesquisa.

De posse dos dados utilizou-se o método de *Analytic Hierarchy Process* (AHP), para analisar as prioridades das barreiras encontradas. Este método é conhecido por sua simplicidade e robustez, caracterizando-se por ser um instrumento de apoio à tomada de decisão, sendo sua aplicação feita em duas fases: a de construção da hierarquia e a de avaliação (GARTNER; DA SILVA GAMA; 2005).

A estrutura hierárquica forma uma árvore invertida, sendo que a estrutura vai descendo da meta da decisão para os critérios, subcritérios e alternativas, em sucessivos níveis (SAATY, 1990). Partindo disso, utilizou-se da escala de Saaty (2008), para realizar os julgamentos do presente estudo. Os resultados desta escala distinguem-se em 9 pontos (Tabela 2). Tem por objetivo mensurar o grau de importância dos elementos levantados.

Tabela 2 - Escala de Saaty

Escala	Avaliação	Recíproco
Extremamente preferido	9	1/9
Muito fortemente preferido	7	1/7
Fortemente preferido	5	1/5
Moderadamente preferido	3	1/3
Igualmente preferido	1	1/1

Fonte: Saaty (2008).

O julgamento das questões reflete as respostas para as duas perspectivas principais: “qual dos dois elementos é mais importante com respeito a um critério de nível superior? ”, e “com que intensidade? ”, usando a escala de 1-9, da tabela 2. É importante notar que o elemento mais importante da comparação é sempre usado como um valor inteiro da escala, e o menos importante, como o inverso dessa unidade. Se o elemento linha é menos importante do que o elemento-coluna da matriz, entramos com o valor recíproco na posição correspondente da matriz (SILVA, 2007). O Índice de Consistência (IC) avalia o grau de inconsistência da matriz realizada par a par, por meio da Equação 1:

$$IC = \frac{|\lambda_{\max} - N|}{N - 1} \quad (1)$$

Na qual:

N: é a ordem da matriz.

λ_{\max} : o maior autovalor da matriz de julgamentos paritários

De acordo com Saaty (1991), para obter-se a consistência de uma matriz positiva recíproca, seu autovalor máximo deveria ser igual a n (dimensão da matriz). No caso de uma matriz consistente, precisamos de n - 1 comparações paritárias já que, a partir dessas, as outras podem ser deduzidas logicamente.

É necessária a avaliação de sua aceitabilidade ou Razão de Consistência (RC), que de acordo com Saaty (1980) deve apresentar valor menor que 0,10, ou seja, o resultado desta razão deve ser menor que 10 conforme a Equação 2.

Cálculo da Razão de Consistência (RC):

$$RC = \frac{IC}{IR} \quad (2)$$

Onde IR é um índice randômico de consistência obtido para uma matriz recíproca, com elementos não negativos gerados de forma randômica. A tabela 3 ilustra os resultados para IR em função da ordem da matriz randômica utilizada.

Tabela 3 - Índices de consistência randômicos (IR).

Dimensão da matriz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Inconsistência aleatória	0,0	0,0	0,58	0,90	1,12	1,24	1,32	1,14	1,45	1,49

Fonte: Adaptado de Saaty (2008).

Os julgamentos da matriz de decisão são considerados consistentes se ficar $RC \leq 10\%$.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 As barreiras para o desenvolvimento local

Após a análise nas bases de dados, bem como dados governamentais e as entrevistas, foram elencadas 13 barreiras que afetam o desenvolvimento local (Tabela 4). Verifica-se na tabela 4, que a literatura apresenta diferentes barreiras para um desenvolvimento eficaz e eficiente. Assim, desta maneira podemos identificar que Intervenções políticas partidárias, onde os autores Reolon (2019) e Llorens (2001), citam que sempre existem questões que atrapalham efetivação do desenvolvimento local/regional, por exemplo, a responsabilidade dos municípios com o atender das demandas principais, e também não podendo deixar de lado o fato de intervenções políticas partidárias, destacando as palavras de Llorens (2001), que traz as

iniciativas locais, que são: geração de emprego; criação de novas empresas e o desenvolvimento econômico em sentido amplo, numa visão que independente desse interesse político-partidário, sempre virá a somar para o desenvolvimento.

Tabela 4 - Barreiras para o desenvolvimento

Barreiras	Autor
Cr1- Intervenções políticas partidárias	REOLON, (2019), LLORENS, (2001); WAHID <i>et al.</i> (2017)
Cr2- Ausência da atividade industrial	DOMINGUES, RUIZ, (2006).
Cr3- Adequação do ensino e da pesquisa às demandas do município	SILVEIRA, (2013).
Cr4- Falta de recursos	FERNANDEZ, (2014).
Cr5- Desigualdades regionais brasileiras	PEREIRA, (2013).
Cr6- Receitas altas oriundas de fontes externas	IBGE, (2015).
Cr7- Salário médio mensal dos trabalhadores formais Baixo 2,3 salários-mínimos	IBGE, (2018).
Cr8- Não existir uma diretriz norteadora para a promoção de ações do turismo	SANTOS, PEREIRA, (2018).
Cr9- Economia Estadual	MONTEIRO, BRANDÃO; CASTRO, (2017).
Cr10- Adequação das Instituições	MONTEIRO, BRANDÃO; CASTRO, (2017).
Cr11- Falta de planejamento a nível regional	NYGAARD (1990).
Cr12- Falta de uma política de desenvolvimento regional	NYGAARD (1990).
Cr13- Falta de atividades de formação voltada ao empreendedorismo	HISRICH, PETER, (2004); BAGGIO, BAGGIO, (2015).

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao “Cr2 - Ausência da atividade industrial”, autores como Domingues e Ruiz (2006) explicitam que nos mais diferentes contextos, há a possibilidade deste critério representar uma barreira para desenvolvimento, vindo disso, o interesse das políticas públicas em encorajar uma descentralização dos investimentos oriundos tanto da iniciativa pública, quanto da privada.

De acordo com Silveira (2013) a concretização desse engajamento regional enfrenta os mais variados obstáculos, que vão desde a adequação do ensino e da pesquisa às demandas do mercado de trabalho local até as incompreensões entre os agentes regionais/locais e as instituições de ensino superior, sendo que este último obstáculo está intrinsecamente

relacionado aos seus compromissos incompatíveis e mesmo a políticas públicas difusas. Desse modo também podemos destacar que, o planejamento em sentido mais amplo e, mais particularmente, o regional são instrumentos fundamentais para a orientação de um desenvolvimento nacional e regional, no entanto o Brasil enfrenta dificuldades, mais recorrentes no que estão relacionadas com a falta de recursos (FERNANDEZ; 2014).

Assim deste modo podemos destacar algumas barreiras como cita o autor Pereira (2013) afirma que as desigualdades regionais brasileiras constituem enormes obstáculos ao desenvolvimento do país, o que justifica o estabelecimento de critérios e orientações de atuação articulada entre governos e atores sociais para aproveitar a grande diversidade territorial brasileira na busca da redução destas desigualdades.

O equilíbrio orçamentário nem sempre é fácil de ser atingido, em especial na esfera mais frágil dos componentes do pacto federativo: os Municípios. A insuficiência de recursos no nível local é compensada pelas fontes externas de financiamento. Assim, os recursos financiadores das ações vinculadas a políticas públicas nas localidades (municípios) do Brasil podem ter origem tanto em receitas próprias (resultantes do desempenho da discricionariedade tributária do poder público local), quanto em receitas provenientes de transferências dos Estados ou do Governo Federal. Essa fonte adicional de recursos, no entanto, pode trazer fragilidades também. O caso é que tais recursos chegam aos cofres municipais sem nenhum esforço adicional por parte dos municípios (ABRANTES; FERREIRA, 2010).

Desta maneira podemos identificar que segundo os autores Monteiro, Brandão e Castro (2017) para o formato da política nacional de desenvolvimento regional foi, entretanto, acompanhado por tremendas dificuldades de adequação das instituições e dos instrumentos preexistentes à nova realidade e aos novos propósitos. Além disso, os autores concluem que a dificuldade de a economia estadual e o seu sistema de planejamento e de instituições delinear e realizaram de maneira concertada uma mudança estrutural no seu sistema produtivo industrial.

Pode se dizer que são problemas de planejamento a falta de um quadro de referência para ajustar metas setoriais e planos regionais e a falta de planejamento em nível regional. Além destes, também falta uma política de desenvolvimento regional que promova a interiorização e a descentralização, assim como, uma maior cooperação e coordenação entre as várias instâncias administrativas (NYGAARDI, 1990).

Segundo Baggio e Baggio (2015), na análise do empreendedorismo, ela ajuda a entender melhor o ambiente institucional que é, em última análise, o responsável pelo desenvolvimento e

pelo desempenho econômico das diversas sociedades. O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade (HISRICH; PETER, 2004).

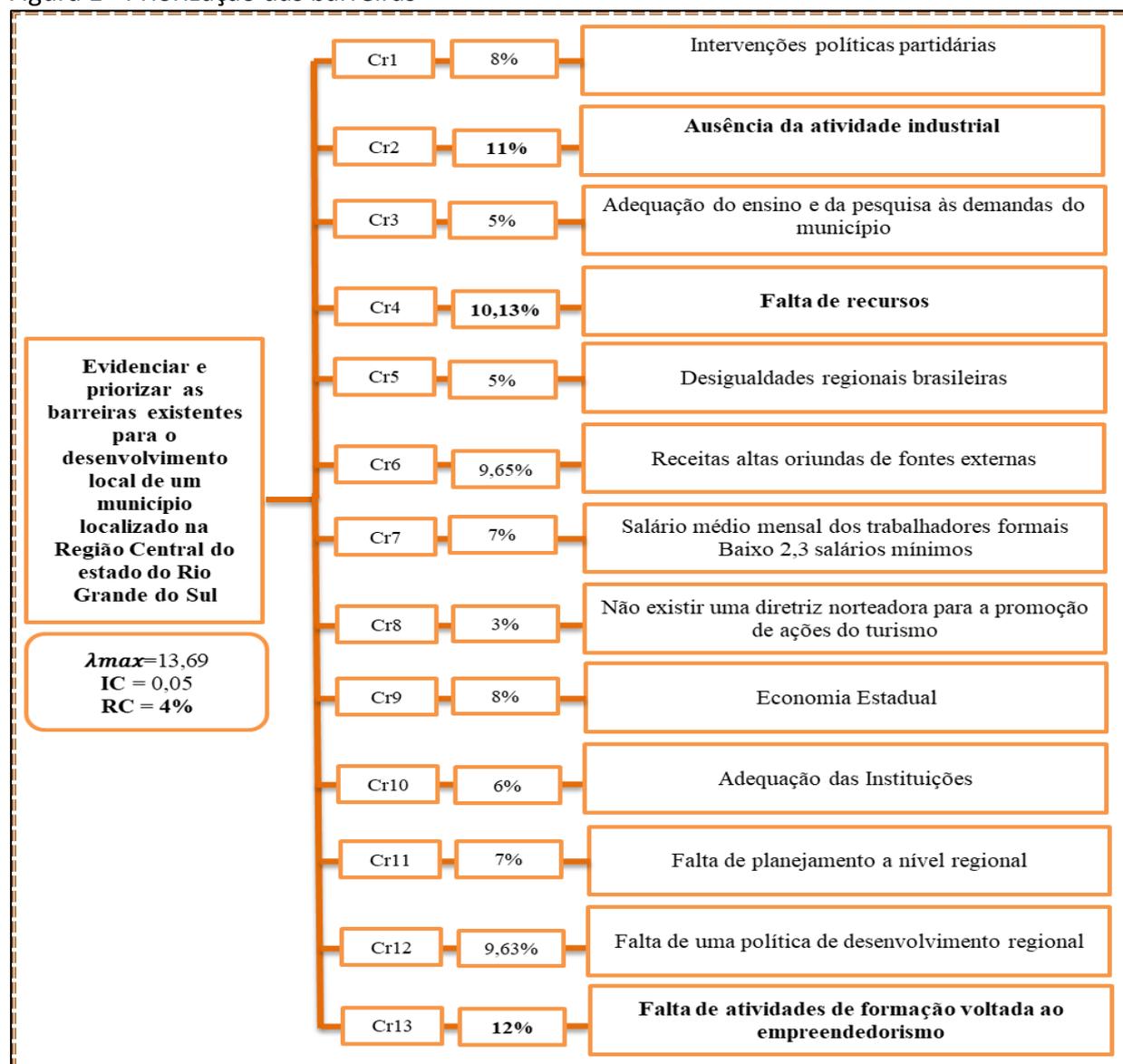
Como se observa, o turismo tem sido visto em muitos lugares, sobretudo nas cidades históricas, como o meio mais fácil e rápido para o desenvolvimento econômico e, em alguns casos, como o único meio. Cabe aos agentes de desenvolvimento turístico discutirem e decidirem como deve ser esse desenvolvimento e o que estão dispostos a fazer para melhorar a atividade para que ocorra ganho e não perda na qualidade de vida local. A atividade turística para o Estado inicia-se, por meio das políticas públicas, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade (SANTOS; PEREIRA, 2018).

4.2 Priorização das barreiras por meio do método AHP

Conforme mencionado, levantou-se a luz da literatura barreiras para que fossem avaliadas por diferentes especialistas voltados ao desenvolvimento do município em estudo. Nesse sentido, buscou-se junto a esses especialistas, estabelecer uma avaliação para ponderar cada uma das barreiras levantadas, estipulando uma nota de influência destas barreiras (Tabela 4) no desenvolvimento do município em estudo. Os especialistas avaliaram as barreiras, analisando-as uma a uma, ponderando-as conforme a escala estipulada por Saaty (2008). Assim a figura 2, explicita os pesos de cada barreira conforme a avaliação dos especialistas.

Verifica-se, na figura 2, que o critério mais priorizado foi o Cr13 que diz respeito à "Falta de atividades de formação voltada ao empreendedorismo", dessa maneira surge da necessidade de se abrir novos caminhos, para que assim, seja possível desenvolver uma economia. O empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade. O apoio ao empreendedorismo e o aumento da dinâmica empreendedora de um país deveriam ser prioridades de qualquer política ou ação governamental que tenha por objetivo promover o desenvolvimento. Ao ter seu eixo deslocado para os pequenos negócios, as sociedades se veem induzidas agora a formar um empregador, pessoas com uma nova atitude diante do trabalho e com uma nova visão de mundo (BATTISTI; WEINZIERL, 2016).

Figura 1 - Priorização das barreiras



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme constatado nos estudos de Ziyae; Rezvani e Eynolghozat (2022) é relevante elaborar e desenvolver políticas de empreendedorismo a partir do poder público municipal. Desse modo, o conceito de cidade empreendedora é utilizado no desenvolvimento econômico de cidades e países com o intuito de criar um ecossistema empreendedor de sucesso no ambiente urbano em um processo permanente de riqueza e geração de renda em uma cidade. Complementando, Kebede (2022) reitera a importância do empreendedorismo, por meio do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, como meio de reduzir a pobreza, construir uma economia industrial e promover o desenvolvimento inclusivo no país.

Sob a concepção de Van Gent (2017) o alinhamento do desenvolvimento e o empreendedorismo, vai muito além da simples mensuração do bem-estar, mas incorpora as contribuições de todas as partes interessadas, incluindo grupos marginalizados, na abordagem

de questões de desenvolvimento. Sendo assim, pretende promover a transparência e a responsabilização, melhorando os resultados da cooperação para o desenvolvimento por meio da colaboração entre atores da sociedade civil, governo e setor privado (MUSAHARA, 2016; KEBEDE, 2022).

A ausência da atividade industrial foi a segunda barreira apontada na pesquisa. Esse cenário reflete a realidade local econômica e empregatícia no município objeto de estudo, principalmente desencadeada pela falta de atratividade para o setor em questão. Neste sentido, trata-se também do próprio cenário e realidade de outros municípios que compõem o COREDE Vale do Jaguari (HEDLUND, 2021).

Cabe evidenciar-se que tais aspectos refletem no desequilíbrio econômico do estado do Rio Grande do Sul, em que alguns municípios se destacam por sua dinâmica enquanto outros permanecem estagnados quanto ao investimento/atratividade industrial (AREND; CARIO, 2010). Rodrigues e Ruiz (2006) já haviam argumentado sobre os diversos desafios que permeiam a industrialização brasileira e a restrição desse setor concentrado em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste do país.

Ao considerar-se o ano de 2019, o estado do Rio Grande do Sul, em um comparativo com o panorama nacional, teve 26,7% de participação no emprego formal por meio do setor industrial (CNI, 2022). Embora o estado se destaque na região Sul do país, o segmento em questão se concentra em algumas regiões específicas, como por exemplo em Porto Alegre e Caxias do Sul, sendo o setor industrial na região central, especificamente no COREDE Vale do Jaguari, considerado incipiente e pouco explorado (HEDLUND, 2021).

Para Brandão, (2017), a indústria é o setor que mais agrega valor e desenvolvimento econômico para um estado, região ou país. Com base no recorte de 1999 a 2012, Veríssimo e Saiani (2019, p.905) demonstraram que “a indústria tem papel importante sobre o crescimento nos municípios com menores níveis de renda. Porém, em municípios com níveis superiores de renda, a importância dos serviços como motor do crescimento é relativamente maior”. Ademais autores com Manfrin *et al.* (2019) também evidenciaram potenciais benefícios gerados pela industrialização em municípios de pequeno porte bem como salientaram sobre a necessidade de incentivo e de fomento pelas políticas públicas.

Embora a industrialização tenha sido apontada como uma das principais barreiras para o município em estudo, destaca-se que esta é uma realidade do próprio COREDE Vale do Jaguari, visto que possui sua economia pautada na agricultura e prestação de serviços. Assim, fazem-se necessárias estratégias a serem pensadas a nível local e regional.

E por fim, em terceiro lugar destacou-se a falta de recursos. É pertinente destacar que parte da perda de recursos na gestão pública está relacionada à falta de projetos, o que desta forma afasta cada vez mais a perspectiva de captação de verbas orçamentárias para possíveis investimentos em determinados setores que são considerados prioritários em um município (BARZ, 2019). Neste sentido, a maioria dos municípios brasileiros busca investir prioritariamente em saúde (RODRIGUES, 2021), no entanto como principal lacuna por vezes mal consegue pagar suas próprias despesas municipais, 47% estão em situação crítica. No que tange ao panorama nacional brasileiro, apenas 14,9% dos municípios tiveram um desempenho excelente no quesito investimento no ano de 2019 (CAPETTI, 2019).

Para que haja recursos a nível municipal é necessário um planejamento territorial por meio de diretrizes que possam nortear o desenvolvimento desse determinado local (FERNANDEZ, 2014). Para o planejamento estratégico do COREDE Vale do Jaguari, pensado para o recorte temporal de 2015-2030, foram traçadas estratégias que permeiam as dimensões ambiental; social; de infraestrutura; econômica e institucional, tendo o município objeto deste estudo, um dos menores Produto Interno Bruto (PIB) entre os demais municípios que compõem este COREDE (SPGG, 2015). Diante de tais informações, para que esta barreira possa ser minimizada faz-se necessário a criação de estratégias voltadas à captação de recursos, por meio principalmente do planejamento e elaboração de projetos, programas e ou até mesmo planos que viabilizem esta perspectiva (SECRETARIA DE GOVERNO, 2021).

5 Considerações finais

O objetivo da presente pesquisa foi evidenciar e analisar as barreiras existentes para o desenvolvimento local de um município localizado na região Central do estado do Rio Grande do Sul. Por meio da literatura e de entrevistas com a administração pública do município em estudo, foi possível levantar barreiras que afetam o desenvolvimento. Segundo os resultados das análises realizadas por meio da avaliação dos especialistas e da aplicação do método AHP, a barreira mais priorizada e evidenciada no município em estudo foi a “Cr13 - Falta de atividades de formação voltada ao empreendedorismo” obtendo 12% de prioridade.

A segunda barreira mais priorizada foi Cr2 que aborda a questão voltada a “Ausência da atividade industrial” com 11% de prioridade. A terceira barreira mais priorizada diz respeito ao Cr4 “Falta de recursos” com 10,13%. Observa-se que o município necessita de uma visão voltada a criação de empresas e de captação de indústrias para que venha se desenvolver de maneira

sólida e assertiva, evitando que haja evasão de jovens, em busca de oportunidade de empregos, fazendo com que a economia avance e a renda venha se desenvolver. Nesse viés, entende-se que o objetivo delineado foi alcançado, evidenciando informações que podem contribuir para que projetos sejam desenvolvidos para que sejam supridas as carências expostas.

Como limitação da presente pesquisa, elenca-se a questão do número de respondentes, que se limitou apenas para os gestores municipais, não verificando a população, fato esse que seria importante para que mais informações fossem levantadas, ainda, se justifica que isso não pode ser realizado pelo fato da pandemia ocasionada pela COVID-19, que impossibilitou a coleta de dados junto à população. Assim como sugestão de estudos futuros, indica-se a coleta de informações junto à população, para que se complemente o que foi realizado na presente pesquisa. Ainda, podem ser analisadas as barreiras para o desenvolvimento local em outros municípios do Vale Corede.

Referências

- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 41-67, 2005.
- AFONSO, José Roberto R. *et al.* Municípios, arrecadação e administração tributária: quebrando tabus, 1998.
- ALBUQUERQUE LLORENS, Francisco. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política, 2001.
- ALMEIDA, M. H. T. de. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia e Política**, p. 29-40, 2005.
- ALVES, José Roberto Xavier; ALVES, João Murta. Definição de localidade para instalação industrial com o apoio do método de análise hierárquica (AHP). **Production**, v. 25, n. 1, p. 13-26, 2015.
- ALYRIO, Rovigati Danilo. Métodos e técnicas de pesquisa em administração. **Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ**, p. 58-60, 2009.
- AREND, M.; CARIO. S.A.F. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Econ. soc.** 19 (2), 2010.
- ARRETCHE, M. T. S. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Editora Revan, 2000.
- ASHEIM, Bjorn; ISAKSEN, Arne; TRIPPL, Michaela,. Advanced introduction to regional innovation systems. Elgar Advanced Introductions series. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.
- BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.
- BARBOSA, T.N. **Desenvolvimento local: uma análise crítica dos paradigmas e dos impasses**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, 2018.

- BARZ, J. **Municípios demonstram preocupação pela perda de recursos por falta de projetos.** 2019. <https://estado.rs.gov.br/municipios-demonstram-preocupacao-pela-perda-de-recursos-por-falta-de-projetos>. Acesso em 29 de abril de 2022.
- BATTISTI, Patricia; WEINZIERL, Greici. Empreendedorismo, 2016.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. Atlas, 2004.
- BRANDÃO, Marcelo Henrique Bezerra. Evolução da estrutura econômica do Rio Grande do Norte: evidências da ausência da industrialização. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- CAPETTI, P. **Pesquisa mostra que quase metade dos municípios do Brasil praticamente não realiza investimentos.** 2019. <https://oglobo.globo.com/economia/pesquisa-mostra-que-quase-metade-dos-municipios-do-brasil-praticamente-nao-realiza-investimentos-24051863>. Acesso em 29 de abril de 2022.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota; CRUZ, Bruno. Estratégia de desenvolvimento regional, política pública negociada e novas institucionalidades, 2009.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota; CRUZ, Bruno. Estratégia de desenvolvimento regional, política pública negociada e novas institucionalidades, 2009.
- CHEHABEDDINE, Mohammad; TVARONAVIČIENĖ, Manuela. Securing regional development. **Insights into Regional Development**, v. 2, n. 1, p. 430-442, 2020.
- CIDADE BRASIL. Município de São Vicente do Sul. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-sao-vicente-do-sul.html>>. Acesso em: Fev de 2021.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **A importância da Indústria para os estados.** Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria-para-os-estados/>>. Acesso em 29 de abril de 2022.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração** [recurso eletrônico]. Tradução: Scientific Linguagem Ltda 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.
- DE PAULA, J. A. Desenvolvimento: tentativa de conceptualização. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 10, n. 27, p. 1539, 2016.
- DOMINGUES, E. P.; RUIZ, R. M. Os desafios ao desenvolvimento regional brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 1, p. 42-44, 2006.
- DOMINGUES, Edson Paulo; RUIZ, Ricardo Machado. Os desafios ao desenvolvimento regional brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 1, p. 42-44, 2006.
- DOXSEY, Jaime Roy; DE RIZ, Joelma. Metodologia da pesquisa científica. **ESAB—Escola Superior Aberta do Brasil**, v. 2003, p. 36, 2002.
- FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M. V. G. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 295-309, 2015.
- FERNANDEZ, Fernando N. Planejamento regional e o desafio da sustentabilidade. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 81-102, 2014.
- FILIPPIM, Eliane Salete; MORESCHI, Rafael Klein. Educação Profissional e Tecnológica para o Desenvolvimento Regional no Brasil: A Atuação do Instituto Federal de Santa Catarina. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n. 45, 2020.

- FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. IFDM 2018: Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, 2018. Disponível em:<<http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/3/#zoom=z>>. Acesso em abril de 2022.
- FISCHER, Bruno Brandão; Queiroz, Sérgio; Vonortas, Nicholas. On the location of knowledge-intensive entrepreneurship in developing countries: Lessons from São Paulo, Brazil. *Entrepreneurship & Regional Development*, v.30, p. 612–638, 2018.
- FRANK, André Gunder. *Dependent Accumulation and Underdevelopment* (London: Macmillan), 1978.
- FRANKLIN, S. H. **Ha rollo!**, *Pacific Viewpoint*, vol. 14, n° 2, nov. 1973, p. 207-210.
- FUDGE, Maree; OGIER, Emily; ALEXANDER, Karen A. Emerging functions of the wellbeing concept in regional development scholarship: A review. ***Environmental Science & Policy***, v. 115, p. 143-150, 2021.
- FYTOPOULOU, Eleftheria *et al.* The role of events in local development: An analysis of residents' perspectives and visitor satisfaction. ***Journal of Rural Studies***, v. 82, p. 54-63, 2021.
- GARTNER, Ivan Ricardo; DA SILVA GAMA, Márcio Luiz. Avaliação multicriterial dos impactos ambientais da suinocultura no distrito federal: um estudo de caso. ***Organizações Rurais & Agroindustriais***, v. 7, n. 2, p. 148-161, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. edição 4 São Paulo. Editora Atlas, 2002.
- GRILLITSCH, Markus; SOTARAUTA, Markku. Trinity of change agency, regional development paths and opportunity spaces. ***Progress in human geography***, v. 44, n. 4, p. 704-723, 2020.
- GRIN, Eduardo. J.; ACOSTA, Felipe. G.; SARFATI, Gilberto; ALVES, Mário. A.; GOMES, Marcus. V. P., SPINK, Peter; Fernandes, René. José. R. Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e municípios, 2012.
- HARRISON, John; TUROK, Ivan. Universities, knowledge and regional development, *Regional Studies*, 51:7, 977-981, 2017.
- HEDLUND, E.H. 83 f. **Desenvolvimento industrial na região do vale do Jaguari/RS**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento). Universidade Federal Da Integração Latino-Americana (UNILA), 2021.
- HENDERSON, Jeffrey; NADVI, Khalid. Greater China, the challenges of global production networks, and the dynamics of transformation, *Global Networks*, v.11, n.3, p. 285–297, 2011.
- HERMELIN, Brita; TRYGG, Kristina. Decentralised development policy: A comparative study on local development interventions through municipalities in Sweden. ***European Urban and Regional Studies***, p. 09697764211054773, 2021.
- HISRICH, R. D., & Peter, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of development of the modern world-system, *Review*, v.1, n.2, p. 111–145, 1977.
- HRIVNÁK, Michal *et al.* Designing the Participation on Local Development Planning: From Literature Review to Adaptive Framework for Practice. ***Societies***, v. 11, n. 1, p. 19, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades: São Vicente do Sul panorama*, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-vicente-do-sul/panorama>>. Acesso em: Fev de 2021.

- IPADES (Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2010).
- KEBEDE, G. F. Entrepreneurship and the Promises of Inclusive Urban Development in Ethiopia. In: **Urban Forum**. Springer Netherlands, 2022. p. 1-30.
- KRUGMAN, P. Development, geography and economic theory. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.
- LI, Lei *et al.* Integrated regional development: Comparison of urban agglomeration policies in China. **Land Use Policy**, v. 114, p. 105939, 2022.
- MANFRIN, Juliane *et al.* POTENCIAIS ECONÔMICOS GERADOS PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DE MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARINS, Cristiano Souza; SOUZA, Daniela de Oliveira; BARROS, Magno da Silva. O uso do método de análise hierárquica (AHP) na tomada de decisões gerenciais—um estudo de caso. **XLI SBPO**, v. 1, p. 49, 2009.
- MARTINS, R.D.; VAZ, J.C.; CALDAS, E.L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**. V.44, n.3, 2010.
- MELO, Pedro. L. R.; DELGADO, Renata. T.; CORRÊA, Victor. S.; BORINI, Felipe. M. Desenvolvimento regional e ambiente institucional: Expansão regional das redes de franquias no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 21, n. 5, p. 1–30, 2020.
- MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organização & Sociedade**. v. 11 (spe), 2004.
- MONTEIRO NETO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antonio; CASTRO, César Nunes de. **Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI**. 2017.
- MUSAHARA, H. Inclusive growth and development issues in Eastern and Southern Africa. OSSREA. Retrieved from: http://www.ossrea.net/publications/images/igd_introduction.pdf. Access in: 03 may 2022.
- NEVES, J.A.S. O local como estratégia de desenvolvimento. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 4, p. 115-127, dez. 2011.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração, São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- NYGAARD, Paul Dieter. As regionalizações e o planejamento estadual-uma discussão sobre as dificuldades e possibilidades de um ajustamento. **Ensaio FEE**, v. 11, n. 1, p. 184-197, 1990.
- OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 1, p. 3-20, 2019.
- ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W.; ALENCAR, A. A. Condição fiscal do setor público brasileiro: uma análise com ênfase nos estados das regiões Norte/Nordeste e no financiamento para o desenvolvimento rural. **International Policy Centre for Inclusive Growth**, 2016.
- PARRILLI, Mario Davide; NADVI, Khalid; YEUNG, Henry Wai-Chung. Local and Regional Development in Global Value Chains, Production Networks and Innovation Networks: A

Comparative Review and the Challenges for Future Research, *European Planning Studies*, v. 21, n. 7, p. 967-988, 2013.

PEREIRA SILVA, Sandro. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. Texto para Discussão, 2013.

PERES, U. D. Dificuldades institucionais e econômicas para o orçamento participativo em municípios brasileiros. **Caderno CRH**, v. 33, 2020.

POPULAÇÃO NET. População de São Vicente do Sul. Disponível em: <http://populacao.net.br/populacao-sao-vice-do-sul_rs.html>. Acesso em: Fev de 2021.

PREBISCH, Raúl. Crecimiento, desequilibrio y disparidades, in CEPAL, *Estúdio Econômico sobre América Latina* (New York: United Nations), 1950.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Revista da FAE**, v. 9, n. 2, 2006.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Revista da FAE**, v. 9, n. 2, 2006.

RODRIGUES, L. **Municípios investem 34% a mais em saúde, mas quadro fiscal preocupa**. 2021. Disponível em : <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/municipios-investem-34-a-mais-em-saude-mas-quadro-fiscal-preocupa>>. Acesso em 29 de abril de 2022.

RODRÍGUEZ-POSE, Andres; WILKIE, Callum. Innovating in less developed regions: What drives patenting in the lagging regions of Europe and North America. *Growth and Change*, v. 50, n. 1, p. 4–37, 2019.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-109, 2011.

ROSAS e SILVA, Diva Martins. **Aplicação do Método AHP para Avaliação de Projetos Industriais**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Engenharia Industrial, RJ, 36–48p, 2007.

SAATY, Thomas L. How to make a decision: the analytic hierarchy process. **European journal of operational research**, v. 48, n. 1, p. 9-26, 1990.

SAATY, Thomas L. Some mathematical concepts of the analytic hierarchy process. **Behaviormetrika**, v. 18, n. 29, p. 1-9, 1991.

SAATY, Thomas. L. Decision making with the analytic hierarchy process. **International journal of services sciences**, v.1, n.1, p. 83-98, 2008.

SAATY, Thomas. L.; SHIH, Hsu-Shih. Structures in decision making: On the subjective geometry of hierarchies and networks. **European Journal of Operational Research**, v.199, n.3, p. 867-872, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Grupo A, 2013.

SANTOS, A. F.; PEREIRA, J. P. de C. N. Política Pública de Turismo e Desenvolvimento Local: análise sob o enfoque da escala humana. **Desenvolvimento em Questão, [S. l.]**, v. 18, n. 52, p. 142–158, 2020.

- SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 212p.
- SANTOS, Thiago de Sousa; PEREIRA, Raquel da Silva. Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional? *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 12, n. 2, p. 83-111, 2018.
- SARACENI, A. V.; ANDRADE JUNIOR, P. P. de. Proposta teórico-conceitual de desenvolvimento em arranjos produtivos locais. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 7, n. 16, p. 91–111, 2013.
- SECRETARIA DE GOVERNO. **Boas Práticas de Captação de Recurso**. 2021. <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/agenda-do-prefeito-brasil/guia-prefeito-200-dias/boas-praticas/boas-praticas-recursos>. Acesso em 29 de abril de 2022.
- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul - SPG. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030**. 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104738-plano-valedojaguari.pdf>>. Acesso em 21 de abril de 2022.
- SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.
- SILVA, D. M. R. Aplicação do Método AHP para Avaliação de Projetos Industriais. **Rio de Janeiro**, v. 128, 2007.
- SILVA, J.M.M. da; JÚNIOR, O.M. Políticas Públicas: o Desenvolvimento Regional como área contributiva. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html>>. Acesso em: dez de 2020.
- SILVEIRA, C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (ORG). **Políticas para o desenvolvimento local**. Instituto Cidadania, 2010.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da *et al.* Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento. 2013.
- SINGER, H. The distribution of gains between investing and borrowing countries, *American Economic Review*, v. 40, n.2, p. 473–485, 1950.
- SÖTHER, A.; KEGEL, P. L.; VISENTINI, M. S. Distribuição Tributária Brasileira: influência nos índices de desenvolvimento local. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 159–174, 2019.
- SOUZA, C. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 103-112, 1996.
- SOUZA, D. L. de; SOUZA, J. B. de; PASIN, L. E. V.; ZAMBALDE, A. L. Empreendedorismo e desenvolvimento local: uma análise do programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais, Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 37, p. 262–292, 2016.
- STIMSON, Robert. J.; STOUGH, Roger R.; ROBERTS, Brian. H. Regional economic development: Analysis and planning strategy. Berlin: Springer, 2006.
- TAVARES, MÁRCIO MIGUEL. **Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no estado do paraná**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. VAINER, CB As escalas do poder e das escalas: o que pode o poder local.

- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.
- THOMAS Elisa, FACCIN Kadigia, ASHEIM Bjorn Terje. Universities as orchestrators of the development of regional innovation ecosystems in emerging economies. *Growth and Change*. v. 52, p. 770–789, 2020.
- TSVETKOVA, Alexandra; SCHMUTZLER, Jana; SUAREZ, Marcela; FAGGIAN, Alessandra. Innovation in developing and transition countries. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2017.
- TURISMO RS. Todas as cidades do RS e suas regiões. Disponível em:<<http://turismors.comunidades.net/todas-as-cidades-do-rs-em-suas-regioes>>. Acesso em 25 de abril de 2021.
- VAN GENT, S. Beyond buzzwords: What is “inclusive development”. Synthesis report, Include Secretariat. Hague, Netherlands. Working Paper 98, 2017.
- VERÍSSIMO, M. P.; SAIANI, C.C.S.. Evidências da importância da indústria e dos serviços para o crescimento econômico dos municípios brasileiros. **Econ. soc.** 28 (3), 2019.
- VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, 2012.
- WAHID, Abdul *et al.* Barriers to empowerment: Assessment of community-led local development organizations in Pakistan. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 74, p. 1361-1370, 2017.
- ZIYAE, B.; REZVANI, M.; EYNOLGHOZAT, M. Co-opetition in entrepreneurial city: An approach to complexity theory. **Cities**, v. 121, p. 103470, 2022.